



## COM QUAIS PALAVRAS OS DISSIDENTES SOCIAIS PODEM EXPLICAR A VIDA COTIDIANA?

### ***Eixo Temático EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE***

Antoniél dos Santos Gomes Filho <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente ensaio teórico busca discutir a partir dos referenciais epistemológicos do interacionismo simbólico, da teoria (pós) queer/cuir, das teorias feministas e decoloniais as questões relacionadas aos ataques de grupos políticos da extrema direita, e da direita e esquerda conservadora brasileira, em relação às (re)produções de palavras e falas pessoas e grupos sociais dissidentes no campo da raça, classe e gênero, para explicar a vida cotidiana e reivindicar direitos. Ciente da amplitude do debate proposto, ancore o presente ensaio junto às obras: *A construção social da realidade*, de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014); *As representações do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman (1985); *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Chakravorty Spivak (2010); *Quem tem medo do gênero?*, de Judith Butler (2024); *O local da Cultura*, de Homi K. Bhabha (2018); e, *Provocações iniciais para pensar o pós-queer/cuir no Brasil da atualidade*, de Leandro Colling, Christian Gustavo de Sousa e Rodrigo Pedro Casteleira (2024), e outras. O diálogo epistêmico com estes textos busca produzir e apresentar um contra-argumento aos escritos de Nine Borges e Patrícia Silva (2024, p. 4), quando apontam que os grupos “woke” e/ou identitaristas tem como estratégia social: “[...] desenvolver um vocabulário próprio para esconder sua fragilidade argumentativa. É por esse motivo que vemos o recorrente uso das mesmas palavras: iniquidade, crise, decolonialidade, afrocentrismo, eurocentrismo, supremacismo, Ocidente, branquitude, patriarcado, mãe solo etc.”. Desse modo, surge o questionamento que intitula este ensaio: Com quais palavras os dissidentes sociais podem explicar a vida cotidiana? Preliminarmente, apontamos que os ataques contra dissidentes sociais de raça, classe e gênero dar-se em várias frentes, dentre elas a que diz respeito à produção linguística e do discurso. Assim, a produção discursiva dos grupos dissidentes, que buscam explicar suas vivências e experiências no cotidiano da vida são também envolvidas no chamado “identitarismo”, produzindo assim, mais uma

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Regional do Cariri – Campus Bárbara de Alencar. Mestre em Educação pela UFC. Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável na UFCA, antoniél.gomes@urca.br



**Palavras-chave:** Políticas da Identidade; Identitarismo; Dissidentes Sociais; Vida Cotidiana.

## INTRODUÇÃO

A vida cotidiana tem sido estudada como objeto sociológico, sendo o foco central do Interacionismo Simbólico, formado a partir dos estudos realizados na Escola Sociológica de Chicago. Compreender as interações sociais da vida cotidiana, bem como, os símbolos e significados produzidos em perspectiva microsocial, geram uma análise sobre a formação das identidades e da realidade social. Assim, olha-se as relações sociais não como uma:

[...] mera transferência de regras fixas em ações, mas em que as definições das relações são, recíprocas e conjuntamente, propostas e estabelecidas. Assim, as relações sociais são vistas, não como algo estabelecido de uma vez por todas, mas como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte de membros da comunidade. (Joas, 1999, p. 130).

Assim, é a vida cotidiana que produz a realidade social em perspectiva intersubjetiva, pois “[...] não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros.” (Berger; Luckmann, 2014, p. 39-40). As pessoas da/na interação, por sua vez, estão sujeitas a múltiplas formas de representação. Como aponta Goffman (1985), uma pessoa pode desempenhar diversos papéis sociais, seja em sua casa, no seu trabalho, nos seus momentos de lazer, com seus amigos/as, em sua atuação intelectual e/ou social, no cuidado com seus familiares... A interpretação destes papéis está correlacionada também à formação da pessoa e sua subjetividade no campo de formação da(s) identidade(s) e seu(s) reconhecimento(s) social(is).

Partindo desta compreensão das interações sociais, e também, compartilhando das ideias de Stuart Hall (2006, p. 13), quando nos lembra que o sujeito pós-moderno constrói uma identidade “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.”, proponho neste ensaio uma explicação “possível” para compreender os ataques de grupos políticos da extrema direita, e, da direita e esquerda conservadora brasileira, em relação



Tomo como caminho analítico o interacionismo simbólico, pois, tenho como hipótese inicial que: a produção de símbolos e significados em torno dos contextos de raça, classe e gênero têm sido modificada nos últimos anos, a partir da entrada e consolidação de produções intelectuais e midiáticas produzidas, consumidas e compartilhadas por pessoas consideradas dissidentes em suas vidas cotidianas, esse processo tem abalado as estruturas sociais e criado novas formas de interação, que não reproduzem uma relação pautada na lógica senhor-escravo e/ou colonizador-colonizado. Essas novas interações, por sua vez, têm gerado descontentamento por parte daqueles que outrora podiam manter seus privilégios e *status quo* na sociedade brasileira, já que estavam inseridos nos quadros sociais hegemônicos cisheteropatriarcal.

Desse modo, o presente ensaio é uma via de respostas aos ataques realizados às identidades dissidentes no campo intelectual. Pois como será apresentado, é notório que nos últimos anos, desde a primeira eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil, tem-se produzido uma narrativa de culpabilização dos movimentos sociais e das políticas da identidade como responsáveis pela ascensão da extrema-direita e direita no mundo ocidental, e, onde, espantosamente se observa que estes ataques também estão vindo de parte de uma esquerda “progressista”.

Como nos alerta os intelectuais brasileiros: Leandro Colling, Christian Gustavo de Sousa e Rodrigo Pedro Casteleira (2024), quando escrevem sobre o pós-queer/cuir no Brasil. Os professores, mostram que precisamos pensar as realidades brasileiras através da nossa produção intelectual, das artes e outras formas de produção do conhecimento, produzindo assim, resistências e enfrentamentos, e, novos saberes e dizeres nos espaços acadêmicos, culturais, sociais e políticos.

Além desta introdução, o presente ensaio apresenta uma breve metodologia, seguido do diálogo central deste manuscrito. Ciente da amplitude do debate proposto, informo ao leitor/a que estas são ideias iniciais, e para construir um pensamento, retorno aos textos: *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Chakravorty Spivak (2010); *Quem tem medo do gênero?*, de Judith Butler (2024); *O local da Cultura*, de Homi K. Bhabha (2018); *Interseccionalidade* de Carla Akotirene (2020), para produzir um exercício intelectual de desconstrução das narrativas presentes no texto de Nine Borges e Patrícia Silva (2024), *Corrupção da linguagem, corrupção do caráter: como o ativismo woke está*

## METODOLOGIA

O presente manuscrito apresenta um exercício de escrita de um jovem autor/pesquisador na produção de um ensaio teórico. Como aponta Meneghetti (2011, p. 321), o ensaio tem como base fundamental “[...] a relação permanente entre o sujeito e objeto, um vir-a-ser constituído pela interação da subjetividade com a objetividade dos envolvidos.”. Essa relação entre experiências objetivas e subjetivas, onde o trabalho do ensaísta é estabelecer uma relação indissolúvel entre o objetivo e o subjetivo (Starobinski, 2011).

Partido dessas orientações, e dos escritos de Jorge Larrosa (2003, p. 114), quando nos ensina que o “[...] ensaísta não define conceitos, mas desdobra e tece palavras, precisando às nesse desdobramento e nas relações que estabelece com outras palavras, levando-as até o limite do que podem dizer, deixando-as à deriva.”. Apontamos que, esse texto é um exercício de escrita que pode ser confundido metodologicamente com uma pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo “[...] elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico [...]” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 131). Esse apontamento faz-se necessário para informar ao leitor/a do processo formativo que me atravessa enquanto ensaísta, que tem procurado exercitar esse modo de escrita para compreender e explicar o mundo brasileiro.

O Brasil e suas múltiplas relações sociais contemporâneas nos contextos de intersecção entre raça, classe e gênero tem sido foco de reflexões no campo sociológico, gerando assim ensaios (Gomes Filho, 2024), que buscam compreender o “povo brasileiro” (Ribeiro, 2015) no século XXI.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

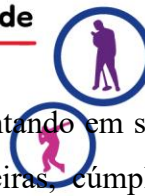
Em: *Pode o subalterno falar?*, a feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 20), apresenta uma questão que vai ter ressonâncias e desdobramentos no pensamento filosófico e no conjunto mais amplo das ciências humanas e sociais, em relação as análises teóricas do e sobre o mundo ocidental, diz Spivak: “[...] como o sujeito



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



do Terceiro Mundo é representado, acrescentando em seu texto que: “[...] a produção intelectual do ocidente é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente.”.

No mote de sua crítica a Foucault e Deleuze, importantes nomes do estruturalismo francês, Spivak (2010, p. 31), aponta que os intelectuais que estão inseridos dentro do contexto do capital internacional, podem ajudar na manutenção da “divisão internacional do trabalho”, uma vez que “[...] se mostra acrítica ao papel histórico do intelectual.”.

Tais proposições de Spivak (2010), me inspiram a pensar a realidade brasileira quando observamos os ataques de grupos políticos da extrema direita, e, da direita e esquerda conservadora brasileira, em relação a criação de novas palavras, novos termos, novas falas públicas de pessoas e grupos sociais dissidentes no campo da raça, classe e gênero para explicar a vida cotidiana e reivindicar direitos.

Logo, se Spivak (2010), ao período da escrita de seu texto, preocupa-se com a divisão internacional do trabalho<sup>2</sup>, aqui, me preocupo, especificamente com as formas de manutenção da vida “precária” (Butler, 2011) de pessoas dissidentes de gênero e suas intersecções com a classe e a raça, que, dentro de um “realismo representacionalista” de intelectuais que: à extrema direita, atacam e invalidam as falas públicas de pessoas, populações e movimentos LGBTQIAPN+ com base em explicações religiosas radicais, alinhadas a discursos biológicos e psicológicos deterministas e patológicos; e, a direita e esquerda conservadora, que invalidam as palavras e falas partindo de explicações inseridas em um discurso progressista que se mantém atrelado aos neoliberalismo, e que se mostra acrítico ao lugar de fala e a produção teórica.

Judith Butler (2024), em: *Quem tem medo do gênero?*, mostra como a palavra gênero tornou-se um fantasma, que só em ser falada gera medo. Em sua análise, sobre os acordos de paz no ano de 2016, entre Governo Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), houve uma oposição ao acordo por uma pequena maioria da população colombiana. Ocorreu uma campanha por parte das Igrejas Evangélicas Neopentecostais, que propagaram a ideia de que caso o acordo de paz fosse firmado aconteceria a inserção da Colômbia na “ideologia de gênero”, pois, o acordo “[...] menciona formas específicas mediante as quais o conflito prolongado afetou mulheres e

---

<sup>2</sup> Deve-se apontar que pessoas e populações LGBTQIAPN+ estão inseridas na divisão internacional do trabalho contemporâneo, na maioria das vezes, em atividades precarizadas e de reprodução social, como nos ensina Tithi Bhattacharya (2023).



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Lusa-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



“... pessoas ‘LGBTI’ [...] nesse sentido, o gênero, funcionando agora como um fantasma, agrega medos sobre o futuro, ele perde qualquer referente concreto, mas seu poder assustador aumenta.” (Butler, 2024, p. 52).

Assim, é preciso atacar o fantasma do gênero, bem como aqueles que o incorporam e falam sobre o gênero, seja com seus corpos, suas performances ou suas palavras que são criadas em “outro mundo”.

O gênero é, portanto, para os grupos de extrema-direita e fundamentalistas religiosos um sinônimo das mazelas e depravações sociais; e, para os grupos de direita e esquerda conservadora brasileira uma ameaça a manutenção do *status quo* dos privilégios resultantes do modelo econômico neoliberal. Os primeiros, têm modos mais radicais de ataque, porém, com capacidade cognitiva ínfima para elaboração de um pensamento intelectual rebuscado; o que não se aplica aos segundos. É o caso de Nine Borges e Patrícia Silva (2024), quando na apresentação livro: *Corrupção da linguagem, corrupção do caráter: como o ativismo woke está destruindo o ocidente*, fazem a seguinte afirmação sobre as estratégias que os “ungidos” do movimento *woke* utilizam socialmente, que seria:

“[...] desenvolver um vocabulário próprio para esconder sua fragilidade argumentativa. É por esse motivo que vemos o recorrente uso das mesmas palavras: iniquidade, crise, decolonialidade, afrocentrismo, eurocentrismo, supremacismo, Ocidente, branquitude, patriarcado, mãe solo etc.” (Borges, Silva, 2024, p. 4).

Ao finalizar a leitura deste trecho, rabisquei no livro: “*muito interessante: quem pode criar conceitos e palavras para explicar o mundo?*”; que, transformou-se no questionamento que intitula este ensaio: Com quais palavras os dissidentes sociais podem explicar a vida cotidiana?

Ora, ao que parece, a questão de Borges e Silva (2024), não é a criação de palavras. Pois, ao longo do texto não se vê nenhuma crítica e/ou menção a criação ou uso de palavras por parte de “homens da ciência” euroamericana. Ou seja, a corrupção da linguagem por parte dos ativismos *woke* dá-se sobre uma linguagem que está sob a égide da ciência positiva e neutra na qual é capaz de explicar o mundo, a tudo e a todos. Logo, essas pessoas são as legitimadas a falar do e sobre o outro. Assim, quando ativistas *woke* e pessoas dissidentes gênero, raça e classe, falam e criam suas palavras para interpretar o mundo, abalam o *status quo* dos “homens da ciência” que historicamente são escutados e lidos atentamente por todos, sem contestação.



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Suscetibilidade



Homi Kharshedji Bhabha (2013), *Desestabilizando a Identidade:*

Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial, de seu livro: *O local da cultura*, mostra como Fanon nos ensina sobre as dificuldades que envolve a “[...] batalha entre representação psíquica e realidade social [...]” do homem negro no seu processo identitário marcado pela colonização e pós-colonização. Como escreve Bhabha:

Ao ecoar a pergunta de Freud, “O que quer uma mulher?”, Fanon se posiciona para confrontar o mundo colonizado. “O que quer um homem?”, indaga ele na introdução a *Black Skin, White Masks* [Pele negra, Máscaras Brancas]; “O que deseja o homem negro?” (Bhabha, 2013, p. 79).

Como demonstra Bhabha (2013), o exercício de Fanon é produzir explicações para o que as palavras existentes não explicam. Assim, muitos outros intelectuais negros, negras, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, pessoas periféricas... buscaram explicar suas vivências e experiências do/no cotidiano de suas vidas, com uma nova linguagem, pois a linguagem pautada em ideais tradicionais e conservadores, não dão conta de explicar as novas formas e relações sociais, culturais, corporais individuais e coletivas. Deve-se apontar que, a língua é um artefato sociocultural que é vivo, ou seja, está em constante mudança e em disputa.

Por exemplo, para Borges e Silva (2024, p. 56-57), o termo “mãe solo” como já mencionado, é uma corrupção da linguagem, pois a “[...] flexibilização dos termos permite acomodar não apenas novos sentidos, mas cria novas verdades, gerando espaço para manobras escatológicas que visam desestabilizar o tecido social.”.

Diante desta citação, surge a seguinte questão: o termo “mãe solo” desestabiliza o tecido social?

Primeiramente, é preciso apontar quem não faz parte deste tecido social brasileiro “estabilizado” que Borges e Silva (2024) mencionam. As autoras fazem uma ampla crítica a Carla Akotirene (2020), e seu texto: *Interseccionalidade*. Conforme as autoras Akotirene, se enquadraria nas características de uma ativista e uma intelectual *woke*.

Tais dúvidas surgem, uma vez que, ao longo do texto de Borges e Silva (2024), os/as ativistas *woke* não são um grupo diretamente identificado pelas autoras, logo, todos/as aqueles/as que produzem um discurso contra-hegemônico são *wokes*. Logo, não fazem parte do tecido social brasileiro considerado “estabilizado”: homens e mulheres

 **IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**  
 V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade  
 V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade  
 negros/as, “[...] lésbicas, gays, bissexuais, trans e pessoas com deficiência, indígenas, religiosos de candomblé e trabalhadoras.” (Akotirene, 2020, p. 23). 

Portanto, a criação de novas palavras e termos, tais como “mãe solo” desestabiliza o tecido social brasileiro formado pelas pessoas que fazem parte de um sistema: cisheteropatriarcal, branco, cristão e de classe média alta, como nos ensina Akotirene (2020).

Assim, quando Borges e Silva (2024), apontam que a palavra e/ou termo “mãe solo”, é uma corrupção da linguagem, já que impede e denuncia o privilégio social de homens que abandonam seus filhos/as e transferem socialmente a responsabilidades para as mães, que além de criarem e cuidarem de seus filhos/as sozinhas, ainda carregam o estigma social de ser “mãe solteira”, estando a maternidade socialmente ligada ao estado civil da mulher, como nos mostra Fogaça (2022). Assim, para Borges e Silva (2024), o termo correto a ser utilizado é “mãe solteira”, não precisamos mudar o termo, não precisamos questionar o termo, pois, este é o termo que “estabiliza” a sociedade brasileira.

Diante desse contexto, retornemos a Spivak (2019, p. 252), quando no texto/artigo: *Quem reivindica alteridade?* questiona como as narrativas históricas são construídas e consolidadas pela “[...] burguesia nacional por meio da cultura do imperialismo, nacionalismo, internacionalismo, secularismo, culturalismo.”, e, quando pessoas dissidentes buscam produzir uma história alternativa “[...] nossa própria emergência na ‘corte de reivindicações’ não é dependente de transformação de uma escritura em algo legível.”. Assim, como já apontava em, *Pode o subalterno falar?*, Spivak (2010), mostra que o subalterno e/ou dissidente fala e escreve, todavia, sua fala e escrita não são legitimados nos quadros sociais hegemônicos cisheteropatriarcal (Akotirene, 2020).

Assim, a ação de criar palavras e vocábulos para escrever e falar as experiências dissidentes, de grupos sociais e pessoas que foram historicamente massacradas de forma física e simbólica (Sémelin, 2009), para os grupos políticos da extrema direita, e da direita e esquerda conservadora brasileira, é uma forma egoísta, individualista e egocêntrica, pautada no “identitarismo”, que produz e causa na democracia brasileira “[...] microfraturas, que em vez de serem curadas, estão sendo aprofundadas, até chegarmos a um estado de ruptura completa.”, como dizem Borges e Silva (2024).

É interessante observar que para Borges e Silva (2024), quem ameaça e desestabiliza a democracia brasileira são os ativismos *wokes*, e não, por exemplo, o ex-presidente Jair Bolsonaro, seus ex-ministros e parte dos generais das forças armadas que

Os ataques públicos contra dissidentes sociais de raça, classe e gênero, ocorrem através das críticas ao chamado “identitarismo”. Assim, as políticas da identidade que centram os movimentos sociais pela luta e conquista de direitos civis e sociais, ao longo de décadas, tornam-se alvo de ataques e distorções narrativas, onde, a conquista de direitos civis é vista pelos grupos de extrema-direita, direita e esquerda conservadora como um “[...] tipo específico de justiça social, com um significado privado, particular, que pode significar justiça para alguns grupos à expensa da justiça de outros grupos, produzindo, assim, uma nova forma de injustiça.” (Borges; Silva, 2024, p. 54).

É espantoso observar no argumento que os direitos civis dos dissidentes sociais e/ou grupos minoritários, são privilégios para essas populações, que geram injustiça a outros grupos, nesse caso os grupos que compõe uma elite e “semi-elite” brasileira, cuja características já foram mencionadas. Afinal, na visão das autoras, não foi o projeto político-ideológico colonial, as políticas de branqueamento pós-abolição, as reformas educacionais implementadas no início do século XX que excluía negros/as das escolas, por exemplo, a ditadura militar e outros fatos históricos e sociais que compõe a formação do país enquanto nação que geraram e gerenciaram as injustiças sociais. Para elas, o que tem promovido a injustiça social é a luta por uma sociedade igualitária e por direitos civis e sociais.

Cabe, portanto, perguntar: o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo oprime o casamento civil entre pessoas de sexo diferente? Como essa pergunta, uma série de outras poderia ser redigida, contestando e desmontando este tipo de argumento falacioso, que busca manter o *status quo* das elites e “semi-elites” brasileiras. Afinal, buscar formas de reparação histórica e mudança social para as populações negras, cujo, “Estado brasileiro é o que fórmula, corrobora e aplica um discurso e políticas de que negros são indivíduos pelos quais deve se nutrir medo e, portanto, sujeitos à repressão.” (Borges, 2021, p. 57), tem promovido uma “nova forma de injustiça” para com as pessoas brancas e de classes sociais abastadas e alguns emergentes (classe média alta).

Logo, as Políticas da Identidade, nesse viés político-ideológico são distorcidas e centradas nas identidades separadamente, produzindo uma narrativa, onde, as lutas sociais por direitos civis igualitários e reparação histórica, transformam-se em privilégio jurídico, social e político. Como aponta Josilda Carmo Santos:



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O identitarismo é um conceito que se refere a uma abordagem política e social que enfatiza a importância das identidades sociais, como raça, gênero, orientação sexual, etnia e outras características, na formação de grupos e na luta por direitos e reconhecimento. Essa abordagem pode ser vista de diferentes maneiras, dependendo do contexto e da perspectiva adotada, uma nomenclatura que tem sido utilizada por grupos conservadores de forma pejorativa para criticar as lutas identitárias (Santos, 2024, p. 403).

Assim, quando observo as críticas às políticas da identidade que se centram na falsa ideia de “um novo privilégio social”, vejo uma luta no campo político e social para manutenção dos *status quo* dos verdadeiros privilegiados socialmente no Brasil. Não poderia deixar de apontar, como nos mostra Douglas Barros (2024, p. 27), que há uma captação da ordem econômica neoliberal no campo das identidades, pois a “[...] a judicialização da vida social será fundamental e as identidades – evidentemente organizadas a partir da lógica de mercado – entraram na ordem do dia.”. Assim,

Não são os movimentos sociais – em especial os movimentos negros, feministas ou LGBTQIAPN+ - os causadores do identitarismo. O identitarismo é uma imposição de uma engenharia social, organizada a partir da logística e da gestão que coloca as identidades na mira da administração como forma de policiamento (Barros, 2024, p. 27).

Portanto, partindo da análise de Barros (2024), é possível dizer que estamos diante de uma disputa social das políticas da identidade, onde, o identitarismo é o apontar de dedo para as identidades dos outros para não desvelar a minha, pois enquanto sujeito hegemônico não tenho identidade, pois sou universal. Por isso, sempre são os outros que têm identidade e não eu (homem universal ocidental).

Quando observo os argumentos contra as políticas da identidade por parte de grupos de extrema-direita, direita e esquerda conservadora do nosso país, não vejo uma auto-análise que parte do reconhecimento destes grupos sociais enquanto pertencentes a uma identidade. Como ensina Cida Bento (2022), quando mostra que não há por parte da população brasileira um reconhecimento do legado da colonização e do processo de escravidão por parte das pessoas brancas. Logo, a identidade sempre está no outro, e, ao passo que esse outro aproxima-se de mim, é necessário barrá-lo, contê-lo, inclusive na forma como escreve e fala publicamente.

**Aqueles que criticam a identidade, estão buscando manter o *status quo* da sua.** Essa é uma afirmação que destaco e surge no final da escrita deste ensaio. Como visto, os movimentos de críticas as identidades, são oriundos também de um grupo identitário, que, por muitos tempos viu-se como universal, e, assim sendo, são o ponto inicial da ideia de humano, sendo os outros, os diferentes, os que têm e precisam de identidade para se fazer existir, e quem sabe, ser reconhecidos por esse sujeito universal.

Quando as pessoas e grupos sociais dissidentes no campo da raça, classe e gênero, no Brasil: criam, falam e gritam suas palavras em um mundo atravessado por meios de comunicação e informação digitais e conectadas, que estão disponíveis a todos/as; Quando, por via de políticas públicas de reparação histórica no campo da educação conseguem entrar, manter-se e sair com formação em nível superior; Quando, publicam e divulgam suas pesquisas e trabalhos científicos em formato de artigos em periódicos, livros coletivos e individuais de pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras, com d(E)ficiência, mulheres cis e trans, circulam na sociedade, as estruturas hegemônicas do conhecimento são abaladas, e por isso há os ataques aqui mencionados como forma de desqualificação desses conhecimentos.

A angústia dos que nos atacam, é saber que as falas e palavras criadas por nós, pessoas e grupos sociais dissidentes no campo da raça, classe e gênero não irão desaparecer. Os dissidentes estão na sociedade brasileira em alerta, acordadas, despertadas para situações de sexismo, homofobia, racismo, capacitismo... estão portanto *woke*.

Estas e outras ações que outrora não eram denunciadas, onde as vítimas calavam-se, estão diariamente mudando. Aqueles/as que se achavam no direito de proferir insultos e ofensas e escapar impunemente, seja no âmbito das sanções jurídicas ou sociais, são os críticos das identidades.

Portanto, cabe produzir um contra-ataque, uma crítica da crítica, para assim fortalecer e manter a democracia, enquanto lugar possível para a sobrevivência dos dissidentes.

## REFERÊNCIAS



AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade, Saúde e Bem-Estar**. Jandaíra, 2020.

BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção da realidade social**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BHABHA, Homi Kharshedji. **O Local da Cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). **Teoria da Reprodução Social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BORGES, Nine.; SILVA, Patrícia. **Corrupção da linguagem, corrupção do caráter**: como o ativismo woke está destruindo o ocidente. São Paulo: Faro Editorial, 2024.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-13, 2011.

FOGAÇA, Ana Beatriz. Vincular a maternidade ao estado civil pode ser depreciativo para as mulheres. **Jornal da USP no Ar 1ª edição**, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=578682>

GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. A CIDADE COMO LUGAR DE LIBERDADE E DESAPARECIMENTO: UM ENSAIO. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 3, n. 18, 2024.

JOAS, Hans. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, Anthony.; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 28, n. 2, 2003.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: o lugar do caboclo**. São Paulo: Global, 2016.

SANTOS, Josilda Carmo. Vozes silenciadas, corpos em luta: interseccionalidade, dispositivos de racialidade e a luta das mulheres negras: críticas ao "identitarismo" no Brasil contemporâneo. **Anais do V Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS- Sociologia e internacionalização**: explorando novos horizontes e desafios, 2024.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SOUSA, Christian Gustavo de; COLLING, Leandro; CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. Provocações iniciais para pensar o pós-queer/cuir no Brasil da atualidade. **Conceição/Conception**, v. 13, p. e024005-e024005, 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica alteridade? In: Hollanda, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

STAROBINSKI, J. É possível definir o ensaio? **Remate de males**, v. 31, n. 1-2, p. 13-24, 2011.